

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JANILSON SILVA CUSTÓDIO

**CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS AMBIENTAIS PELO PODER
JUDICIÁRIO: O CASO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

NATAL/RN
2014

JANILSON SILVA CUSTÓDIO

**CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS AMBIENTAIS PELO PODER
JUDICIÁRIO: O CASO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor MSc. Carlos Sérgio Gurgel da Silva.

Natal/RN
2014

JANILSON SILVA CUSTÓDIO

**CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS AMBIENTAIS PELO PODER
JUDICIÁRIO: O CASO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

BANCA EXAMINADORA:

Professor MSc. Carlos Sérgio Gurgel da Silva
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Professora Esp. Claudia Vechi Torres
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Professora Esp. Liana Maia de Oliveira
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DATA DA APROVAÇÃO ____/____/____

Dedico este trabalho, especialmente aos meus pais Ângelo Custódio e Maria Nazaré da Silva Custódio, que apesar das dificuldades, apoiaram e depositaram em mim toda confiança que precisava para concluir este curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que permitiu a realização desse sonho e, que apesar de todas as dificuldades encontradas no meio dessa trajetória Ele não nos deixou fraquejar, tornando possível chegar até aqui.

Aos professores do curso de Direito e funcionários da UERN que sempre se dispuseram a ajudar nos momentos de necessidade.

Ao professor Ms. Carlos Sérgio Gurgel da Silva, pela atenção dispensada na orientação desta monografia.

Aos meus irmãos que estiveram sempre presente.

Aos professores Integrantes da banca examinadora.

Ao amigo Valmiro Braz Silva dos Santos, o qual contribuiu sobremaneira para a finalização desse curso, pois sempre incentivou e jamais colocou empecilhos nessa trajetória acadêmica. Sempre estive de acordo com o meu deslocamento até a faculdade quando estávamos de serviço, muitas vezes pondo em risco a sua própria vida.

A todos os colegas de turma da UERN, os quais contribuíram de alguma forma para a conclusão deste curso.

“Plante de manhã a sua semente, e mesmo ao entardecer não deixe suas mãos ficarem à toa, pois você não sabe o que acontecerá, se esta ou aquela produzirá, ou se as duas serão igualmente boas”.

Eclesiastes 11:6

RESUMO

Este trabalho visa tratar do controle dos atos administrativos ambientais pelo Poder Judiciário: o caso do licenciamento ambiental. Com base nisso, leva em conta normas específicas que tratam do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a efetividade das mesmas pelos administrados. Avalia a competência dos entes federados no que tange esse licenciamento à luz da Lei Complementar 140/2011, bem como os vários atos administrativos do Direito Ambiental, suas peculiaridades e as possibilidades jurídicas do controle judicial de tal licenciamento. O objetivo principal, é o controle dos atos administrativos ambientais feito pelo Poder Judiciário, em especial, o licenciamento ambiental já que se trata de um ato administrativo vinculado a legislação e de competência do Poder Executivo em qualquer das esferas. Se justifica pelo fato de que não se sabe ainda até que ponto o controle dos atos administrativos ambientais pelo Poder Judiciário podem ser benéficos ou maléficos para que se tenha um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Tem como metodologia a análise dedutiva e dialética, assim como as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), além de estar conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Palavras-chave: Licenciamento Ambiental. Ato administrativo. Controle Judicial. Poder Judiciário.

ABSTRACT

This work aims to discuss about the control of environmental administrative acts by the judiciary: the environmental licensing case. Based on this, it takes into account some specific rules that deal with the ecologically balanced environment and their effectiveness over the managed people. It also evaluates the competence of federal entities regarding this licensing and according to the Complementary Law 140/2011, as well as the various administrative acts of environmental law, their peculiarities and the legal possibilities of juridical control over this licensing. The main objective is the control of environmental administrative acts made by the judiciary, in particular the environmental licensing, since this is an administrative act bound to the legislation and under Executive Branch in any of the spheres. It is justified by the fact that it is not clear yet if the extent of the environmental administrative acts control by the judiciary may be beneficial or harmful in order to have a healthy and ecologically balanced environment . This work follows the deductive and dialectical methodology analysis, as well as the norms established by the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), and also according to the Political and Pedagogical Project (PPP) from the University of Rio Grande do Norte (UERN) Course of Law.

Keywords: Environmental Licensing. Administrative act. Judicial control. Judiciary.

LISTA DE SIGLAS

APAs	Áreas de Proteção Ambiental
CF	Constituição Federal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LP	Licença Prévia
LO	Licença de Operação
LI	Licença de Instalação
MP	Ministério Público
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UC	Unidades de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	17
1.1 CONCEITUAÇÃO.....	17
1.2 HISTÓRIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL.....	18
1.3 NATUREZA JURÍDICA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	20
1.4 LICENCIAMENTO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – LEI 6.938/1981.....	22
1.5 A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	24
1.6 OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	24
1.7 SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA).....	26
1.7.1 Origem.....	26
1.7.2 O SISNAMA e a gestão do meio ambiente.....	27
1.7.3 Estudo de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.....	27
1.8 ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISNAMA.....	32
1.8.1 Conselho de Governo.....	32
1.8.2 O Conselho Nacional do Meio Ambiente.....	33
1.8.3 Ministério do Meio Ambiente.....	34
1.8.4 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.....	35
1.8.5 Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade.....	37
1.8.6 Órgãos seccionais e locais de Meio Ambiente.....	37
2 COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERATIVOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL À LUZ DA LEI COMPLEMENTAR 140/2011.....	39
2.1 COMPETÊNCIA.....	40
2.1.1 União.....	40
2.1.2 Estados.....	43
2.1.3 Municípios.....	44
2.1.4 Distrito Federal.....	45

2.1.5 Áreas de Proteção Ambiental (APAs).....	46
2.2 AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL E APROVAÇÃO DE MANEJO.....	47
2.2.1 União.....	47
2.2.2 Estados.....	48
2.2.3 Municípios.....	48
2.2.4 Distrito Federal.....	49
3 O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS AMBIENTAIS PELO PODER JUDICIÁRIO: O CASO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	52
3.1 ATO ADMINISTRATIVO.....	52
3.2 OS VÁRIOS ATOS ADMINISTRATIVOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	52
3.2.1 Licença e Autorização.....	53
3.2.2 Diferenças.....	55
3.3 O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SUAS PECULIARIDADES.....	56
3.3.1 Licença ambiental ou autorização ambiental.....	57
3.3.2 Licença ambiental em espécie.....	59
3.3.3 Licença ambiental simplificada.....	61
3.4 POSSIBILIDADES JURÍDICAS DO CONTROLE JUDICIAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	62
3.4.1 Flagrante ilegalidade.....	65
3.4.2 Discricionariedade administrativa em matéria ambiental.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76